



PODER / Declaração do vice-presidente da República, Hamilton Mourão, resume a reação dos Três Poderes à suposta tentativa do ministro da Defesa, Braga Netto, de impedir a realização do pleito de 2022 se não houver aprovação do voto impresso pelo Congresso

“Quem vai proibir eleição no Brasil?”

Marcos Correa/PP

» JORGE VASCONCELLOS

As Forças Armadas aparecem novamente no centro de outra crise no país, desta vez, por suposta ameaça à democracia. Os Três Poderes reagiram fortemente à eventual manobra para impedir a realização das eleições de 2022 se o governo não conseguir a aprovação do chamado “voto auditável”. A proposta de emenda à Constituição (PEC) do voto impresso, em tramitação na Câmara, também é defendida pelas FAs, numa demonstração de alinhamento com o Executivo. Comandantes militares respaldam os questionamentos do presidente Jair Bolsonaro sobre a segurança da urna eletrônica, embora nenhuma fraude tenha sido comprovada desde a implantação do sistema.

As manifestações de integrantes dos Poderes ocorreram após o jornal *O Estado de S. Paulo* noticiar que o ministro da Defesa, general Braga Netto, deu um “duro recado” ao presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), condicionando a realização do pleito do ano que vem à aprovação do voto impresso pelo Congresso. O **ultimato** teria ocorrido em 8 de julho. De acordo com a publicação, o militar estava acompanhado dos comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica e pediu a um interlocutor político “para comunicar, a quem interessasse, que não haveria eleições em 2022, se não houvesse voto impresso e auditável”.

O vice-presidente Hamilton Mourão foi enfático ao repudiar a suposta ameaça. Questionado por jornalistas se haveria risco às eleições, o general refutou. “Isso é um absurdo. Nós não estamos no século vinte, nós estamos no século vinte e um, gente”, frisou. “Mesmo que não faça o voto impresso para esta eleição, é lógico que vai ter eleição, quem é que vai proibir eleição no Brasil? Não somos república de banana.”

Ao chegar, ontem pela manhã, ao Ministério da Defesa, Braga Netto foi indagado por jornalistas sobre a reportagem e ele a classificou como “mentira, invenção”. Momentos depois, ainda na pasta, para a solenidade de lança-



Braga Netto (E), com Jair Bolsonaro, Hamilton Mourão e o general Eduardo Ramos, durante solenidade no Ministério da Defesa

Caminho da mensagem

Integrantes do governo e do Congresso afirmam que o recado do general Braga Netto foi dado ao senador Ciro Nogueira (PP-PI), futuro ministro da Casa Civil. Ele repassou a mensagem a Arthur Lira, que a teria feito chegar ao *Estadão*.

mento da Antena Multi Satelital, que teve a presença de Bolsonaro, o general leu o texto de uma nota oficial que viria a ser publicada na sequência.

No comunicado, defende a discussão sobre o voto impresso no Congresso, afirmando que “todo cidadão deseja a maior transparência e legitimidade” nas eleições. Ele também

classifica a reportagem como “mais uma desinformação” e nega que utilize interlocutores para se comunicar com os presidentes dos Poderes.

A notícia, porém, teve repercussão, também, no meio político. Lira, em postagens nas redes sociais, não negou nem confirmou ter recebido a mensagem de Braga Netto, mas defendeu a realização das eleições. “A despeito do que sai ou não na imprensa, o fato é: o brasileiro quer vacina, quer trabalho e vai julgar seus representantes em outubro do ano que vem através do voto popular, secreto e soberano”, escreveu o presidente da Câmara nas redes sociais. O deputado acrescentou que as “últimas decisões do governo foram pelo reconhecimento da política e da articulação como único meio de fazer o país avançar”, numa referência à minirreforma ministerial anuncia-

da por Bolsonaro para abrir mais espaço no governo ao Centrão, bloco partidário do qual Lira é um dos expoentes e que dá sustentação ao Palácio do Planalto.

O suposto “recado” de Braga Netto vai ao encontro de ameaça feita por Bolsonaro no início deste mês. No último dia 8, ele enfatizou, em conversas com apoiadores: “As eleições no ano que vem serão limpas. Ou fazemos eleições limpas no Brasil ou não temos eleições”. O chefe do Executivo insiste que o pleito do ano que vem pode ser fraudado se não houver voto impresso. Ele tem reforçado essa pauta à medida que sua popularidade vai caindo e pesquisas apontam o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) como favorito para 2022.

Um dia antes da declaração de Bolsonaro, o comandante da Aeronáutica, Carlos de Almeida Baptista Junior, curtiu uma pos-

tagem no Twitter de um seguidor que dizia: “Comandante, obrigado pelo canal de comunicação. Precisamos do voto impresso auditável. Vocês precisam impor o voto auditável”.

CPI da Covid

Recentemente, Braga Netto e comandantes das Forças Armadas fizeram uma ameaça velada à CPI da Covid, que investiga suspeitas de corrupção no Ministério da Saúde, loteado por militares. Em resposta ao presidente da comissão, senador Omar Aziz (PSD-AM), que disse que bons militares estavam envergonhados com o “lado podre” das Forças, enfatizaram: “As Forças Armadas não aceitarão qualquer ataque leviano às instituições que defendem a democracia e a liberdade do povo brasileiro”.



O general pediu para comunicar, a quem interessasse, que não haveria eleições em 2022, se não houvesse voto impresso e auditável”

O “recado” que teria sido dado ao presidente da Câmara, Arthur Lira



O Ministério da Defesa reitera que as Forças Armadas atuam e sempre atuarão dentro dos limites previstos na Constituição”

“A discussão sobre o voto eletrônico auditável por meio de comprovante impresso é legítima, defendida pelo governo federal, e está sendo analisada pelo Parlamento brasileiro, a quem compete decidir sobre o tema”

Trechos da nota do ministro Braga Netto

Deputados querem ouvir ministro

» SARAH TEÓFILO
» LUIZ CALCAGNO

A negativa do ministro da Defesa, Walter Braga Netto, não foi suficiente para convencer parlamentares de que o militar não ameaçou as eleições de 2022. Ninguém acreditou no “desmentido”. Até porque a nota do general não é enfática em relação aos fatos relatados na reportagem do *Estadão*.

O deputado Fábio Trad (PSD-MS) um dos vice-líderes do partido, ressaltou que os fatos narrados pela reportagem são uma afronta ao Estado democrático de direito. Com a deputada Fernanda Melchionna (PSol-RS), fez um requerimento para que Braga Netto compareça à Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) para prestar esclarecimentos sobre o caso.

Há outro requerimento, nesse sentido, do deputado Rogério Correia (PT-MG). “Não é a primeira nem será a última notícia relacionada à inocorrência das eleições de 2022 se o Parlamento não votar da forma como o presidente quer. Isso é intimidação”,

frisou o parlamentar.

Vice-líder do PP na Câmara, Franco Cartafina (MG) afirmou que “não tem nenhum cabimento de falar que não vai ter eleição” caso não seja aprovada a PEC do voto impresso. “A democracia não pode ser ameaçada por essa situação. Caso vá a discussão, que seja votada e aprovada, ou não. Mas a possível não aprovação não significa que se fale sobre não haver eleição, ou que se coloque o nosso processo democrático em xeque”, criticou.

De acordo com um vice-líder de legenda de centro na Casa, que não integra a base do Planalto, nos grupos de WhatsApp, deputados dessas siglas mostraram-se perplexos e irritados com a postura do governo. Eles viram uma tentativa de intimidação do Legislativo. Agora, muitos defendem “enterrar” a PEC, e alguns que cogitavam votar favoráveis estão repensando a decisão.

O líder do PSC e vice-líder do bloco PROS, PSC e PTB, deputado Aluisio Mendes (MA), também não acredita em ameaça de golpe.

“Quando eu soube, como líder, liguei para o Lira, conheço a personalidade dele e perguntei se tinha fundo de verdade. Ele disse que, se tivesse acontecido, seria no mesmo tom a resposta. Isso, para mim, é factóide”, frisou. “E eu, conhecendo o Arthur, tenho certeza de que a atitude dele seria muito dura. Teria partido para o ataque.”

Pelas redes sociais, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), refutou a possibilidade de não haver eleição. “Decisões sobre o sistema político-eleitoral, formas de financiamento de campanhas, voto eletrônico ou impresso, entre outros temas, cabem ao Congresso Nacional, a partir do debate próprio do processo legislativo e com respeito às divergências e à vontade da maioria”, escreveu. “Seja qual for o modelo, a realização de eleições periódicas, inclusive em 2022, não está em discussão. Isso é inegociável. Elas vão acontecer, pois são a expressão mais pura da soberania do povo. Sem elas, não há democracia, e o país não

Evaristo Sá/AFP



Rodrigo Pacheco: “Sem elas (eleições), não há democracia, e o país não admite retrocessos”

admite retrocessos.”

O senador Omar Aziz (PSD-AM), presidente da CPI da Covid, afirmou que se a notícia for verdadeira é “um fato muito grave”. Perguntado se o governo deveria se posicionar sobre o assunto, respondeu: “O posicionamento

do presidente não é diferente desse recado que possivelmente o Lira tenha recebido. O presidente tem falado isso, que não vai participar de eleição se não tiver voto impresso. Eleição não é isso, eleição não pode acontecer com A ou B colocando con-

dições. Existe uma lei eleitoral e ela precisa ser cumprida. Quer discutir voto impresso? Isso é uma discussão que tem que ser tratada em nível de Congresso”.

» Leia mais sobre as supostas ameaças na página 4